

LUTA DE CLASSES EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ

Angelo Juliano Carneiro Luz
Universidade Estadual de Centro-Oeste (UNICENTRO)
kaiteangelo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o processo de pesquisa e exposição da tese defendida por Luz (2020), a qual partiu do seguinte problema: como se estabelece a luta de classes na institucionalização e atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) dos sistemas de ensino do estado do Paraná?

A partir da perspectiva gramsciana de Estado, a pesquisa permitiu compreender e revelar a luta de classes no âmbito da institucionalização, formulação e execução das políticas públicas, e também analisar a gestão a partir das relações de força mediadas por condições materiais e ideologias que fundamentam a ação dos grupos representativos em CMEs.

MÉTODO DE PESQUISA E DE EXPOSIÇÃO

O desenvolvimento da pesquisa considerou a democracia vigente, a qual está alicerçada na estrutura econômica, nas diretrizes de produção da vida material e na superestrutura que lhe dá guarida. Diante desta consideração foi possível identificar limites e possibilidades expressas na luta de classes entre os grupos sociais representativos nos CMEs.

Tendo em vista o objeto de pesquisa, caracterizado pela necessidade de desvelar a lutas de classes entre a institucionalização e atuação de CMEs do Paraná, foi necessário investigar como ocorre a luta pela efetivação do domínio e direção das demandas educacionais. Diante disso, foi fundamental considerar o campo hegemônico para identificar o movimento dominante na gestão educacional.

Ao desvelar a luta de classes no processo participativo dos órgãos de controle social da educação do estado do Paraná, foi possível consolidar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os CMEs do Paraná que têm funções propositivas e deliberativas na política educacional local.

- Descrever como ocorre o controle social nas políticas educacionais locais a partir da atuação dos CMEs.
- Analisar as possíveis relações entre a implementação de políticas educacionais locais e o controle social exercido pelos CMEs.

Frente a tais questões a gestão democrática se mostra limitada se for pensada “sem o pressuposto da estrutura material no movimento da divisão social do trabalho e sem explicitar o verdadeiro caráter do Estado no contexto da sociedade moderna.” (SCHLESENER, 2019, p. 367).

Nesse sentido, orientou-se a tese por meio da perspectiva das possibilidades revolucionárias, tendo como parâmetro o exemplo histórico da organização de autogestão impressa pelo movimento italiano decorrido no biênio vermelho.

Esse movimento problematizado por Gramsci, permitiu articular contradições, limites e possibilidades de auto-organização da classe trabalhadora no processo de produção. Os conselhos de fábrica revelaram, enquanto experiência concreta de autogestão, a necessidade de organização e de investimento na disciplina da classe trabalhadora por meio do intelectual orgânico e da interlocução e formação de uma classe dirigente em relação horizontal entre dirigidos e dirigentes.

As comparações entre o movimento conselhistas possibilitaram indicar caminhos organizativos para o desenvolvimento e disciplina de classe rumo à autogestão e participação ativa nos processos democráticos de elaboração das políticas educacionais. No entanto, os “elementos da situação” indicaram a presença da relação de forças no embate entre os diferentes grupos sociais que ocupam espaço representativo em CMEs.

O materialismo histórico e dialético permitiu observar a organização e a participação das sociedades civil e política na democracia burguesa, a qual resulta em luta de classes entre os grupos fundamentais, tendo como elementos mediadores a política, a economia e as relações estabelecidas entre os grupos sociais envolvidos na elaboração das políticas públicas educacionais.

Os dados da pesquisa foram pautados na análise de documentos legais, no estudo bibliográfico, bem como por meio de mapeamento e de questionários enviados a membros de CMEs do Estado do Paraná.

Esses elementos permitiram organizar um quadro delimitador que explicita e organiza a proposta de pesquisa, conforme segue:

Tabela 4 – Disposição de representatividade em relação aos aparelhos privados de hegemonia – 2020

Município	Ato legal de Nomeação Instituição	SME	Poder executivo	Legislativo	Rede Estadual/Núcleo de educação	Ensino Superior	IFPR	Conselhos de controle social	Pais de alunos	APMF – Conselho escolar	Movimentos sociais/sociedade civil	Instituições privadas	Sindicato	Filantrópico/ONG	Professores	Coordenadores pedagógicos/diretores	Servidores técnico-administrativo/Profissionais da educação	Instituições de educação especial
Paula Freitas	Decreto nº 2.227//19		1					1							3		1	
Chopininho	Decreto nº 360/2016	1	1					2	1						1	1	1	1
Sarandi	Portaria nº 736/14	2	1		1	1		1	1	1	1	1		1	1	3		
Jacarezinho	Decreto nº 1.856/09		2	1		1		1				1					3	
Ibiporã	Lei nº 1.081/04		6		1					1	1	1			2			
São José dos Pinhais	Decreto nº 3.346/19	6	1	1				4		1			2		1	2		1
Curitiba	Decreto nº 701/19		7	1	1	1			1				3				1	
Paranaguá	Decreto nº 1.181/19	1		1	1	1			1		1	1	1				7	
Pinhais	Lei nº 1.722/16	1	1						1	1	2	2			2	2		
Toledo	Decreto nº 375/10		3		1	1		1		1			1	3			3	
Cascavel	Decreto nº 10.020/11		3		1	2		1		1		1					3	
Iguatu	Decreto nº 157/15	1	1	1	1				1		2						2	
Palmeira	Lei nº 3.734/14	1	3			1		1	1		1	1		1	2	2	1	
Guarapuava	Decreto nº 8.370/20	1	1	1	1	3		4		1		1	1		2	3		
Araucária	Decreto nº 34.382/20		5					1	3			1					5	
Londrina	Decreto nº 1.438/19	2				1				1	2	1		1	2	2	1	
Ponta Grossa	Lei nº 10.593/11	4			1	4		3	1		1	2	1	1	1	1		1
Telêmaco Borba	Lei nº 2.153/16		2		1	1	1	1	1		1	1	2			1		
Palmas	Lei nº 2.395/16	1			1	1		1	2		2	1	1				3	2
Sertanópolis	Lei nº 2.737/18		5		1			1				1				1		

Fonte: Sites das prefeituras municipais/CMEs/leis/regimento interno/decretos e portarias do executivo municipal.

A partir do mapeamento das representações, foi necessário identificar as pautas propositivas e deliberativas e a atuação dos membros frente às demandas

existentes na gestão da política educacional, bem como as relações apresentadas pelos interesses de efetivação por projetos e práticas sociais em vista da consolidação de projetos hegemônicos permeados por interesses de determinada classe.

A organização dos dados de pesquisa estruturou-se com base na participação de representantes da sociedade civil, da sociedade política e de professores em CMEs. Para tanto, após assinatura em termo de consentimento livre e esclarecido, os participantes responderam questionário organizado com o fito de apreender as lutas travadas em torno de interesses sociais, políticos e econômicos no interior dos CMEs.

Com os dados, foi possível problematizar os elementos da situação que conduziram a afirmar a existência da luta de classes no CMEs, a interferência da sociedade política nas decisões e condução de deliberações, uma forte presença da burocracia, resistência a demandas de interesses de classe antagônicos, organização sistemática de manutenção de posição, semelhanças e diferenças entre os conselhos de fábricas e CMEs, posicionamento dos sujeitos na representação, relações de força no interior dos CMEs e sua compreensão como instrumento de organização de massa e novos instrumentos de luta política.

Desses elementos, é possível afirmar a tese de que os CMEs enquanto campo de relações de força política, caracterizam a ampliação do Estado por meio da presença da sociedade civil e sociedade política no movimento de processos hegemônicos que se expressam nas práticas representativas dos sujeitos participantes destes órgãos institucionalizados. Nesse sentido, a hegemonia se apresenta na organização interna e nas representatividades de grupos de interesses via aparelhos privados de hegemonia que agem em conformidade com determinados grupos sociais que materializam a luta de classes nesses órgãos democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou vislumbrar caminhos a serem percorridos e ocupados, por meio da organização de classe e para a consolidação da autogestão. Isso requer organização e disciplina, permanente análise do posicionamento das instituições

democráticas frente ao avanço da precarização e de demandas de interesse, de modo a ampliar a representação de grupos sociais, romper com a burocracia.

Portanto, é necessário considerar as implicações da participação social institucionalizada no processo da democracia burguesa, tendo em vista que a efetivação da democracia participativa conselheira é pautada por uma concepção filiada a determinado *modus operandi*, o qual se vincula ao movimento de classe, ao exercício da práxis na gestão, na horizontalidade, na organização e na luta por outra hegemonia.

REFERÊNCIAS

- LUZ, A. J. C. **Conselhos Municipais de Educação no Paraná**: luta de classes e sua relação com o princípio da gestão democrática. 2021. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3431/1/Angelo%20Juliano%20Carneiro%20Luz.pdf>. Acesso em: jun. 2021.
- SCHLESENER, A. H. “Esta mesa redonda é quadrada”: a gestão democrática no contexto da democracia burguesa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 362-376, jan./abr. 2019.